



SinTUFABC

Sindicato dos Trabalhadores das
Universidades Federais do ABC

FASUBRA

CSP
Códigos
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

27 de agosto de 2020
Boletim nº 6/2020

Orçamento 2021:
cortes de 18,2%
para as Universidades
são anunciados

Quais valores
constroem a gestão
Solidariedade e Luta?

Correios em Greve e a
resistência dos
trabalhadores

Retorno às atividades
presenciais:
quem assume
o risco pelas
nossas vidas?

Solidariedade aos trabalhadores demitidos
dos nossos Restaurantes Universitários

Boletim do SinTUFABC

Quais valores constroem a gestão Solidariedade e Luta?

O SinTUFABC, desde o seu início, se colocou como uma organização independente dos trabalhadores, defendendo ativamente os serviços públicos, gratuitos, de qualidade e universais. Mesmo sendo uma organização pequena, sempre visou contribuir para a luta de todos os trabalhadores.

A chapa solidariedade e luta surgiu com a proposta de continuar e aprofundar esse papel extrapolando os muros da universidade. Neste sentido destacam-se algumas propostas que norteiam essa nova gestão:

- Lutar pela revogação da EC 95, que congela os investimentos sociais por 20 anos e demais leis que impedem reajustes da classe trabalhadora e promoção do bem e estar social;
- Defender a liberdade sindical, liberdade de organização, reunião e de associação de todos os trabalhadores;
- Cobrar a implantação do Comitê Estratégico para Gestão de Pessoas da UFABC, previsto na portaria 546/2014, que jamais foi cumprida e demais comissões que estão "esquecidas" pela reitoria;
- Lutar pelo direito da livre exposição e manifestação de ideias e opiniões desde que sempre res-

peitem aos direitos humanos e à classe trabalhadora;

- Servir como pólo catalisador de debate, formação e resistência em defesa do ensino público e gratuito
- Denunciar e enfrentar os elos políticos e econômicos que visam a privatização do ensino em todos os seus níveis;
- Produzir, ministrar, financiar e incentivar a participação em cursos, palestras, aulas, conferências entre outros que promovam desopressão, seja por conscientização de classe, respeito às diversidades étnicas, raciais, de gênero, de orientação sexual, de religião, linguísticas e culturais, etc;
- Cobrar da Sugepe a implantação das medidas contidas no relatório do GT de Mães e Pais e aprovado no Consuni;
- Procurar incorporar os trabalhadores em situação de terceirização nos próximos processos de mobilização, e exigir da UFABC mecanismos para incluir e proteger esses mesmos trabalhadores, como uma ouvidoria específica ou canal de comunicação sobre esse tema.

Nas próximas edições do boletim, apresentaremos quem constrói a gestão Solidariedade e Luta, destacando suas trajetórias na UFABC.

27 de Agosto de 2020
6ª Edição de 2020

Conteúdo

Nossos valores	1
Riscos do retorno	1
Orçamento 2021	2
Greve dos Correios	3
Solidariedade RU	4

Fale com a gente

Quer mandar suas críticas e sugestões sobre o que escrevemos? Publicar sua opinião no Boletim do SinTUFABC? Ou ainda compartilhar com a categoria sua produção artística? Fale com a gente pelo e-mail:

comunicacao@sintufabc.org.br

Quem assume o risco pelas nossas vidas? O retorno às atividades presenciais

Os conselheiros técnico-administrativos no ConsUni, Ricardo Andrade e Silas Silva, foram nomeados pelo Boletim de Serviço 970 para constituir o Comitê de Planejamen-

to e Ações de Gestão Referente ao Coronavírus no âmbito da UFABC.

Desde então, participaram de três reuniões em que se discutiu possíveis protocolos relativos aos

espaços compartilhados, salas de aula, laboratórios de pesquisa, áreas administrativas, dentre outras. As discussões ainda se encontram em estágio inicial. Foi esclarecido

(cont. pág. 2)

que os trabalhadores em condições de terceirização e pertencentes aos grupos de risco conhecidos para Covid-19 foram afastados e que algumas equipes estão trabalhando em regime de turno, para diminuir a possibilidade de contágio. A limpeza, por sua vez, tem sido concentrada nos locais com maior fluxo de pessoas. Também foi lembrado que o comitê não é deliberativo, mas que todas as decisões deverão ser passadas pelo ConsUni. No entanto, redações com propostas de normas já circulam pelas reuniões e apontam disputas acirradas quando o assunto vier a ser pautado no Conselho Universitário.

Nesse sentido, já está avançada a proposta de retorno de algumas atividades de pesquisa, como aponta e-mail enviado pela reitoria a toda a comunidade na última segunda-feira, dia 24 de agosto. A proposta atual sugere que a pesquisa seja dividida em diferentes categorias (atividades essenciais, atividades dependente de prazos, atividades não essenciais, etc.) e que os grupos de pesquisa elaborem procedimentos de higienização, acesso, dentre outros. Em determinado momento, foi colocada a preocupação com o acesso aos prédios e que essa restrição deveria ser feita na recepção, ao que os representantes TAs indicados pelo ConsUni argumentaram

Num momento em que a pandemia não está sob controle e que o número de mortes ultrapassa 110 mil pessoas, qualquer iniciativa de reabertura deve ser analisada com cuidado.

que esse controle deveria ser feito através do controle de chaves, e que durante a pandemia as catracas deveriam ficar abaixadas para evitar o contato com a superfície. Junto a isso, também foi pontuada a importância de se pensar em protocolos de higienização e substituição ou eliminação de barreiras físicas (maçanetas, portas, botões de elevador)

quando possível. Houve resistência nesse ponto. A insistência na manutenção das catracas representa distanciamento do meio acadêmico com a comunidade em geral, tanto de forma simbólica quanto concreta, segregando seus espaços. Portanto, causa preocupação que se insista no uso de barreiras desse tipo numa Universidade Pública, uma vez que não há clareza se existem indicadores de segurança que corroborem alguma eficiência das catracas em evitar roubos e furtos de patrimônio público. Na ausência desses indicadores, não estaríamos segregando espaços públicos por uma retórica do medo? Além disso, revela pouca preocupação em eliminar, mesmo que temporariamente, equipamentos que podem apresentar mais um risco à proliferação do coronavírus.

Num momento em que a pandemia não está sob controle e que o número de mortes ultrapassa 110 mil

pessoas, qualquer iniciativa de reabertura deve ser analisada com cuidado. A intervenção dos representantes TAs indicados pelo ConsUni foi de pautar impactos possivelmente subestimados, uma vez que tal abertura pode trazer um fluxo de pessoas não previsto para os campi, eventualmente aumentando a demanda presencial por trabalhadores técnico-administrativos e em situação de terceirização. Estes últimos em risco ainda maior caso se infectem com Covid-19, já que levantamentos recentes mostram forte correlação entre classes sociais mais vulneráveis e maior número de óbitos.

Por fim, foi feita uma apresentação do Núcleo de Monitoramento e Testagem. Utilizando uma pesquisa de baseamento do teste da presença do coronavírus desenvolvida na UFABC. Em uma primeira iniciativa, serão feitos 150 testes semanais na comunidade universitária. Além disso, a plataforma chamada COVIDATA, também desenvolvida na UFABC, será empregada para monitoramento sobre o avanço da pandemia na comunidade universitária e em todo o ABC.

O SinTUFABC e os representantes citados estão atentos às discussões e à proposta que será feita no ConsUni. Qualquer sugestão ou pergunta pode ser feita diretamente aos representantes Ricardo Andrade e Silas Silva ou ao SinTUFABC através do email contato@sintufabc.org.br

Reitoria convoca reunião com entidades para informar cortes no orçamento de 2021

No dia 14 de agosto foi convocada pela Reitoria da UFABC uma reunião com as entidades representativas das três categorias, para tratar do corte orçamentário proposto pelo MEC de 18,2%. A notícia já estava circulando na imprensa e agrava uma situação que já era extremamente complicada. Segundo o Boletim do Orçamento de 2019/2020, publicado pela Pró-reitoria

de Planejamento e Desenvolvimento Institucional da UFABC, o orçamento de custeio da UFABC em 2020 é de R\$ 51,323 milhões. Aplicando o corte de 18,2%, passará a contar com no máximo R\$ 41,98 milhões em 2021. Além disso, pode haver contingenciamentos que podem reduzir ainda mais esse valor. A redução foi comunicada às reitorias apenas 24

horas antes do data limite para se decidir em quais cifras haveria cortes. Com prazo tão exíguo, optou-se por um corte linear em todas as verbas de custeio de 18,2%.

Ainda sobre o orçamento de 2020, é importante lembrar que a UFABC receberia R\$ 10 milhões como emenda da bancada paulista na Câmara dos Deputados, mas este montante

(cont. pág. 3)

foi remanejado pelo presidente da bancada, o deputado federal Vinicius Poit (partido Novo) para as ações de combate ao coronavírus coordenadas pelo governo do estado de São Paulo.

A Reitoria ainda lembrou que é possível um certo rearranjo das cifras orçamentárias, mas que não será possível cobrir todos os gastos. Seria possível, por exemplo, mover uma parte da verba de custeio (pagamento de água, luz, telefone, etc.) para o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil), mas nesse caso não seria possível cobrir todas as despesas de custeio da UFABC. O contrário também é verdadeiro, pois caso o orçamento do PNAES seja movido para a verba de custeio, a permanência estudantil será seriamente afetada.

Por parte das entidades, foi men-

cionado que isso faz parte de um plano maior do governo federal que inclui a reforma administrativa, a reforma tributária (que não quer mexer nas grandes fortunas), dentre outras iniciativas. Ainda, foi dito que deverá ser feito um processo de pressão no executivo e entre os parlamentares combinado com um processo de mobilização das categorias, enfrentando as condições impostas pela pandemia. Como encaminhamento imediato, as entidades tiveram uma reunião conjunta no dia 21 de agosto, em que se decidiu pela criação de uma campanha conjunta das 3 categorias, a ser lançada nas próximas semanas.

Em pleno contexto de pandemia, em que pesquisas importantes sobre o combate ao coronavírus estão sen-

do feitas nas universidades federais, inclusive na UFABC, o corte no orçamento da educação mostra o interesse nulo em realmente enfrentar o coronavírus e preservar a vida da população, em alinhamento às políticas de destruição da educação pública, gratuita e de qualidade dos nossos atuais governantes. Infelizmente esse ataque não se dá somente na esfera federal, como é possível ver na cidade de São Paulo, em que tramita proposta de pagamento de voucher para a contratação de creches privadas, em detrimento da expansão da rede pública de creches.

O SinTUFABC deverá chamar em breve uma assembleia para discutir e deliberar sobre esse e outros assuntos. Fique atento!

Greve dos Correios continua

Em meio à destruição e entrega dos serviços públicos, as trabalhadoras e trabalhadores dos Correios saem em defesa de seus direitos, em greve desde o dia 18/08. Além de encarar um plano de privatização, enfrentam também Floriano Peixoto, mais um paraquedista da Academia Militar das Agulhas Negras a receber um cargo importantíssimo no atual governo brasileiro, neste caso, o de presidente dos Correios. Incumbido de preparar a estatal brasileira para a privatização, o general quer acabar com o Acordo Coletivo de Trabalho¹, assinado entre a direção dos Correios e a categoria em 2019, após mediação do TST, e válido até julho de 2021. De 79 pontos que compõe o acordo, a proposta é voltar atrás em 70 deles, alguns dos quais: 30% do adicional de risco, vale-alimentação, licença maternidade de 180 dias, auxílio-creche, indenização por morte, auxílio para filhos com necessidades especiais, pagamento de adicional noturno e horas extras². Importante salientar que boa parte dessas mudanças ataca principalmente as mulheres, como a retirada do direito a licença maternidade de 180 dias.

Essa categoria não parou nem um segundo durante a pandemia. Conti-

nuou trabalhando mesmo sem EPIs e correndo o risco da contaminação. Estima-se que são mais de 100 funcionários dos Correios mortos pela Covid-19. Para piorar sua situação, recebem a notícia da suspensão dos direitos.

Na sexta-feira (21), o STF deliberou que o Acordo Coletivo de Trabalho vale por somente um ano, ou seja, perderia a validade agora em 2020, contrariando o acordo firmado anteriormente e proposto pelo TST. É o poder judiciário cancelando suas próprias ordens quando se trata de agir contra os trabalhadores.

Todo apoio é necessário à luta dessa categoria, que se mobiliza por seus direitos, mas também contra a entrega dos Correios, uma empresa pública notória por reinvestir seus lucros no bem da sociedade brasileira, com diversos patrocínios esportivos e culturais. A derrota dessa luta poderá

fortalecer o governo no ataque a outros serviços públicos. Já uma vitória da categoria poderá ajudar outras lutas que virão em defesa de direitos ameaçados, como no caso dos trabalhadores das universidades federais e, por consequência, de toda a sociedade, que se beneficia dos trabalhos que realizamos.

O SinTUFABC se solidariza e se coloca à disposição para ajudar no que for possível essa que é uma das categorias mais combativas do país.

¹<http://cspconlutas.org.br/2020/08/3-dia-de-greve-luta-dos-trabalhadores-dos-correios-aponta-o-caminho-para-defender-direitos-e-barrar-privatizacoes/>

²<http://www.fentect.org.br/noticia/trabalhadores-dos-correios-deflagram-greve-em-todo-o-pais/>



Solidariedade aos trabalhadores demitidos dos Restaurantes Universitários

No dia 11 de agosto ocorreu no campus Santo André um ato de solidariedade às trabalhadoras e trabalhadores dos restaurantes universitários da UFABC, demitidos pela empresa Salutar, responsável pela concessão do espaço e oferta dos serviços.

Em meio a uma pandemia sem precedentes nas últimas décadas em sua dimensão global, impactando desde nossos hábitos de socialização até a economia dos países, vemos na comunidade universitária a reprodução da exclusão social perversa que estrutura a sociedade brasileira, na medida em que a empresa Salutar rompe vínculos com sua força de trabalho, deixando de pagar salários atrasados e verbas rescisórias.

No ato de solidariedade, houve entrega de cestas básicas com itens de alimentação e higiene aos trabalhadores que seguem desassistidos em meio à pandemia e a crise econômica brasileira que se aprofunda a partir dela. O ato contou com a participação do DCE e do SinTUFABC.

Em vídeo gravado pelo Diretório Central dos Estudantes, o cozinheiro da Salutar, Carlos, alega que "A gente não quer nada da Salutar. A gente só quer o nosso". Diz ainda que, em seu entendimento, a empresa "agiu de má fé" com os trabalhadores.

Infelizmente não surpreende que esses trabalhadores sejam os primeiros e mais duramente atingidos pelos efeitos da pandemia, na medida em que não surpreende que as categorias de menor remuneração tenham sido expulsas do serviço público, sendo jogadas na terceirização e, portanto, na precarização das suas relações de trabalho. O que se vê é uma reprodução das desigualdades sociais, em seus aspectos mais concretos, mesmo num ambiente universitário que se propõe a transformar a sociedade e que prevê a inclusão social como uma

de suas missões, bem como um de seus fundamentos conceituais, como consta em nosso PDI 2013-2022. Ora, sem dúvida muito se fez na UFABC pela inclusão social ao se oferecer formas mais justas de acesso ao ensino superior público e de qualidade pela população mais pobre, mas será que é realmente possível defender a bandeira da inclusão - ainda mais como conceito fundamental! - sem se posicionar energicamente sobre a incompatibilidade do trabalho terceiri-

zado e sua precarização com a construção dessa universidade inclusiva que se quer?

Considerando o Plano de Desenvolvimento Institucional e as decisões administrativas do cotidiano com relação ao trabalho terceirizado, o que se vê é ausência e o que se ouve é silêncio.

Por enquanto, essa ausência e silêncio se perpetuam embasadas na lei e no entendimento de que haveria uma divisão possível entre atividades-meio e atividades-fim para o funcionamento de uma instituição ou empresa. Contudo, quando o projeto de desmonte de serviços públicos do governo Bolsonaro mostrou seu interesse em terceirizar também os cargos que se acomodaram na falsa segurança de serem atividade-fim e o Future-se veio à luz, rompeu-se a ausência e o silêncio e dedicou-se inúmeras horas a debates, eventos e produção de documentos sobre suas consequências evidentemente nefastas. Talvez, então, não fosse só uma lei injusta que promovia a ausência e o silêncio quando a terceirização estava restrita a nossos colegas de menor remuneração, mas também nosso corporativismo e nossa discriminação social, tão importante para a perpetuação de uma sociedade paradoxal como a brasileira, que cria universidades inclusivas, mas não para todos.

